

## O DESAFIO DA INOVAÇÃO SUSTENTÁVEL

**Anderson Queiroz do Vale<sup>1</sup>; Jean Paulo Silva<sup>2</sup>; Rodrigo Formiga Farias<sup>3</sup>; Azriel Martins de Freitas Júnior<sup>4</sup>**

<sup>1</sup> Faculdade de Tecnologia SENAI CIMATEC, E-mail: [anderson.vale@fbter.org.br](mailto:anderson.vale@fbter.org.br)

<sup>2</sup> Faculdade de Tecnologia SENAI CIMATEC, E-mail: [jean.silva@fbter.org.br](mailto:jean.silva@fbter.org.br)

<sup>3</sup> Faculdade de Tecnologia SENAI CIMATEC, E-mail: [rodrigo.farias@fieb.org.br](mailto:rodrigo.farias@fieb.org.br)

<sup>4</sup> Faculdade de Tecnologia SENAI CIMATEC, E-mail: [aziel.freitas@fbter.org.br](mailto:aziel.freitas@fbter.org.br)

### RESUMO

A atual pandemia está tendo efeitos devastadores na saúde e nos meios de subsistência em todo mundo. Conjuntamente, as medidas de distanciamento necessárias para salvar milhões de vidas desencadearam a recessão global mais severa registrada desde os últimos tempos. Não se pode esperar que a atual redução da atividade econômica produza benefícios ambientais duradouros. Com isso, a pandemia trouxe uma mudança radical de hábitos de comportamentos sociais e modos de trabalhos. Com essa crise econômica desencadeada, a recuperação da economia, a partir da nova adaptação de hábitos, os questionamentos feitos serão direcionados à como será o novo normal e se voltaremos ao normal. Desta maneira, não se pode esperar que a atual redução da atividade econômica interfira positivamente no ambiente, já que estão sendo utilizados menos transportes que usam os derivados do petróleo e diminuição das atividades industriais. Porém, com a queda do preço do petróleo e o aumento de incentivos pode trazer uma recuperação sem muita preocupação com o desenvolvimento sustentável. Portanto, este artigo pretende mostrar o paradoxo e a dinâmica entre o desenvolvimento sustentável e o desempenho corporativo, trazendo uma nova abordagem capitalista para o Brasil pós recessão da pandemia. Dos conceitos abordados neste artigo estão: a recuperação econômica, mostrando os planos de retomada e o direcionamento dos investimentos públicos como plano de resgatar a economia e reparar danos; a política industrial, que compõem uma política de desenvolvimento da indústria, sendo coordenadas pelo setor público e/ou privado como forma de impulsionar a economia através de ações estratégicas de fortalecimento e de desenvolvimento industrial, e o desenvolvimento sustentável, que é uma estratégia de integração dos aspectos ambientais, sociais e econômicos, direcionado à gerenciar os recursos disponível para não comprometer a saúde econômica das gerações atuais, bem como preservar os recursos para gerações futuras. A metodologia utilizada levou em consideração os critérios qualitativos e quantitativos da discussão. Os resultados e discussões descritos neste artigo estão

direcionados às medidas de estímulo econômico voltadas para as políticas de sustentabilidade de proteção ambiental.

## 1. INTRODUÇÃO

A atual pandemia está tendo efeitos devastadores na saúde e nos meios de subsistência em todo mundo. Conjuntamente, as medidas de distanciamento necessárias para salvar milhões de vidas desencadearam a recessão global mais severa registrada desde a Grande Depressão, que começou em 1929 e durou a maior parte da década de 1930 [1]. A pandemia trouxe em todos os países uma radical mudança de hábitos e comportamentos sociais, com destaque para o confinamento e paralisação de atividades econômicas.

Acompanhando o avanço do vírus nos países, a economia mundial acelerou sua trajetória de crise, levando muitos analistas e, principalmente, autoridades governamentais, a vincular (ou justificar) a crise em função da pandemia o que, certamente, foge à realidade dos fatos [2]. Segundo os autores, é importante ressaltar os questionamentos sobre "quando voltaremos ao normal?" ou "como será o novo normal?". A OMS descartou a ideia de que será possível voltar ao antigo normal e reforçou a adequação de novos hábitos [3].

É notório o encerramento de um ciclo antigo (o antigo normal) e um novo surgimento de um novo (a ideia de um novo normal). Schumpeter [4], em 1935, ressaltou que o termo "ciclo", estatisticamente, possui duas implicações: primeiro, as seqüências de valores das quantidades econômicas no tempo histórico não determinam acréscimos ou decréscimos uniformes, mas sim, recorrentemente de forma irregular; segundo, essas flutuações não ocorrem de forma independente em todas as séries temporais envolvidas, havendo associação entre elas. Para ele, o processo cíclico é dividido em quatro fases: prosperidade, recessão, depressão e renovação. Dessa forma, essas fases são importantes para a datação e o acompanhamento dos ciclos, o que não deve ser feito apenas de pico a pico ou vale a vale.

Não se pode esperar que a atual redução da atividade econômica produza benefícios ambientais duradouros. Assim, segundo [1], a experiência da crise financeira global anterior sugere que qualquer redução nas emissões de gases de efeito estufa, provavelmente terá vida curta e será seguida por uma recuperação das emissões, impulsionada por estímulos e baixos preços do petróleo. Após a recessão de 2008, o crescimento subsequente das emissões de CO<sub>2</sub> excedeu a queda transitória observada, e cerca de 40% do efeito rebote foi devido a um pequeno número de economias emergentes, especialmente China e Índia, mas o efeito também foi substancial na União Europeia [1]. Portanto, existe um grande potencial para que isso aconteça, devido a grande injeção de recursos públicos na

economia necessária à recuperação pós-crise, gerando recuperação de empregos, saúde e socioeconômicos.

O Brasil convive, desde então, com a pandemia e suas implicações sanitárias, sociais e econômicas. O momento marca uma crise caracterizada pela convergência de vários desafios simultâneos [5]. O objetivo deste artigo é mostrar a complexidade do contexto atual no indicativo que o país está vivendo um momento crítico e de potencial inflexão para a trajetória nacional de desenvolvimento. Nesse sentido, propostas de políticas públicas e evidências robustas e objetivas são insumos críticos para norteammento da ação governamental de curto, médio e longo prazo, com a importância voltada para adequação de novos costumes e formas de trabalho que ajudou milhares de pessoas em meio à crise.

## **2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Nesta seção serão abordados os principais pontos que irão fundamentar o trabalho e contextualizar as questões de interesse para desenvolvimento do artigo. Serão abordados inicialmente pontos importantes para a reestruturação da economia capitalista e em seguida contextualizar como o desenvolvimento da economia pode ser alinhada com interesses ecológicos e sociais.

### **2.1 Recuperação econômica**

Diante de cenários de crises econômicas e socioeconômicas como a que estamos vivendo com o avanço da pandemia do novo coronavírus, se faz necessários planos de retomada e investimento público de caráter emergencial como forma de resgatar a economia e reparar danos. Um exemplo de plano de ação contra a recessão econômica é o *Next Generation EU*, que consiste em um plano de recuperação da economia da União Europeia, através da mobilização de mais de 1.8 trilhão de euros. Estes recursos serão canalizados para apoiar os Estados-Membros, incentivar investimentos privados e planos de reforços na segurança sanitária para se preparar contra novas epidemias e pandemias [8].

Algumas medidas de recuperação econômica são de caráter emergencial, porém existem políticas de investimentos e ações estratégicas para desenvolvimento da indústria e da economia. A política industrial é um exemplo de investimentos de caráter permanente no desenvolvimento da indústria, visando o crescimento da economia e fortalecimento da indústria nacional.

### **2.2 Política industrial**

Conjuntos de ações coordenadas pelo setor público e/ou privado como forma de impulsionar a economia através de ações estratégicas de fortalecimento e desenvolvimento da indústria. Tais ações compõem o que chamamos de política industrial [12]. A Política Industrial compõe uma política de desenvolvimento da indústria, sendo constantemente renovada e de caráter permanente, visando o

aumento da competitividade da indústria. O autor cita algumas medidas de caráter prioritário na Política Industrial, como: a ampliação dos investimentos em pesquisa e educação, redução de juros, reforma tributária e flexibilização do mercado de trabalho [12].

Segundo o IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), os objetivos da Política Industrial para o Brasil estariam voltados para a criação de bases de produção de produtos de alto valor agregado para concorrer com as importações e aumentar as exportações, além de incentivos aos setores tecnológicos, bem como atividades de P&D [12].

As políticas de recuperação da economia, bem como de desenvolvimento industrial podem trazer levantamentos acerca de outros temas importantes. Estas políticas de desenvolvimento devem garantir a abrangência das necessidades atuais, bem como necessidades futuras, buscando harmonia entre o desenvolvimento econômico, produção capitalista e o meio ambiente [11].

### **2.3 Desenvolvimento sustentável**

O desenvolvimento sustentável pode ser conceituado como uma estratégia de integração dos aspectos ambientais, sociais e econômicos, com o olhar estratégico de gerenciar os recursos disponíveis para não comprometer a saúde econômica das gerações atuais, bem como preservar os recursos para gerações futuras [9]. Segundo a UNEP (United Nations Environment Programme) a iniciativa, o desenvolvimento e criação de estímulo para as indústrias deve ser atribuição do governo federal, estadual e municipal, favorecendo as melhores condições para que exista harmonia entre o desenvolvimento social, econômico e o meio ambiente, favorecendo assim o que chamamos de desenvolvimento sustentável [10].

A UNEP apresenta algumas ações e investimentos em diversas áreas como: Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), investimentos públicos focados em atividades e indústrias que produzem de forma sustentável, imposição de taxas de caráter indenizatório para indústrias que geram efeitos negativos e prejudicam o desenvolvimento sustentável, podendo até chegar a proibição da atividade caso esteja fora de padrões mínimos de desenvolvimento sustentável, além de incentivos através de treinamento dos trabalhadores de setores que necessitam de reestruturação [10].

## **3. METODOLOGIA**

Utilizou-se critérios qualitativos e quantitativos para abordar esta discussão. Os pontos qualitativos de destaque foram as possibilidades de esforços governamentais para a recuperação econômica e para a prevenção de situações de impacto ambiental de longo prazo. Estes trouxeram discussões nos assuntos de

fiscalização, inovação nos sistemas de recuperação econômica, medidas de suporte econômico e o aumento do nível de saúde populacional (OECD, 2020).

Os critérios quantitativos utilizados foram as taxas de desemprego e o decréscimo do Produto Interno Bruto global durante a pandemia [1], e dados de companhias limitadas de trabalhadores e serviços baseadas no banco de dados Orbis no período de 2013 a 2017 [6]. Estes pontos demonstram a demora que alguns países tiveram em tomar decisões em relação ao combate e à contingência do vírus, como Estados Unidos, Inglaterra e França.

O foco desta metodologia é na implementação de políticas governamentais e de empreendedorismo nas áreas de saúde, empregabilidade e recuperação do setor socioeconômico. A integração dessas áreas pode ser obtida via subsídios em empresas que investem e inovam em saúde e proteção ambiental, e revitalizar empresas baseadas nestes mesmos tópicos (GUERRIERO, 2020).

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Medidas de estímulo e políticas voltadas para sustentabilidade devem estar em consonância com as metas de alteração no clima e proteção ambiental. A oportunidade para implementar essas medidas pode acabar reverberando nas metas globais estabelecidas pelos governos. Os esforços de recuperação poderiam então ser percebidos como uma chance adicional para os governos realizarem os aprimoramentos ambientais já almejados, ao invés de serem percebidos como uma carga adicional em tempos de crise. Esses esforços devem então perfazer propósitos múltiplos: aumento da produtividade, da prosperidade e bem-estar, bem como redução da pegada de carbono das economias.

Para tal, os governos podem avaliar de modo sistemático possíveis impactos negativos de provisões fiscais, pois ao passo que é justo que indivíduos e empresas impactados pela pandemia tenham alguma válvula de escape, é adequado que se faça uma triagem cuidadosa de modo a ter coerência nas políticas adotadas evitando consequências ambientais desfavoráveis à saúde ambiental da sociedade. Também pode ser válido realizar medidas de suporte financeiro em setores específicos, dirigindo empréstimos a redução de impostos a setores mais abalados em troca de comprometimentos ambientais das suas partes. E por fim, mas não menos importante, ressaltar a importância dos benefícios no bem estar ambiental nas sociedades, reforçado pelo suporte público [6].

Associado ao contexto da pandemia, o modelo tradicional, que tem como objetivo final a maximização do lucro e agregamento de valor para os acionistas, está sendo substituído por um modelo onde o objetivo maior é o agregamento de valor para todos os acionistas, gerando efeitos diretos na sociedade que serve de contexto para a empresa [7].

Acentua-se então a importância do modelo cooperativo no desenvolvimento sustentável, tornando-se um referencial para a inovação social. O modelo cooperativo, na esfera econômica, contribui para aumento da renda, democratização de propriedades e eficácia na utilização de recursos. Isto é relevante no desenvolvimento agrário sustentável, e no empoderamento da população como gestores do seu desenvolvimento [7].

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se que, as empresas devem não só corresponder ao interesse corporacional propriamente dito, mas também ao que a sociedade solicita, no que tange ao seu contexto.

Recentemente, foi observado que os círculos sociais, políticos e econômicos não estavam preparados para impactos ambientais no nível de uma pandemia causada pelo COVID-19 e isto inclui também as corporações.

As tomadas de decisões errôneas e demoradas por empresas e por organizações políticas demonstraram a inabilidade de reagir a situações emergenciais como também que seus sistemas de gestão eram ultrapassados e não conseguiram ver um escopo maior do problema.

Por outro lado, um bom exemplo pode ser visualizado no crescimento do trabalho *home office*, no atual período de pandemia (fato que estimulou novas formas de estruturação sociais e o novo modo de trabalho), o qual conseguiu reduzir o impacto da pandemia na taxa de desemprego, mantendo algumas formas de trabalho.

Assim, não obstante, já seja árdua a tarefa de tentar prever a extensão dos impactos ambientais anteriormente conhecidos, as novas formas de estruturação da sociedade devem servir como alavancadoras no modo de organizar e pensar as próprias necessidades e consequentemente os impactos ambientais destas decorrentes.

Por fim, o foco deverá ser conjunto, inserindo o estado, a sociedade e as empresas a fim de viabilizarem uma melhor gerência, possibilitando inovação no modelo de predição e de emergência.

## **REFERÊNCIAS**

<sup>1</sup> GUERRIERO, C.; HAINES A.; PAGANO, M. Health and sustainability in post-pandemic economic policies. 2020

<sup>2</sup> Bosquerolli A. M. et al. Brasil e o mundo diante da Covid-19 e da crise econômica. Universidade Federal do Paraná. 2020. Disponível em:

<<https://www.ufpr.br/portalufpr/wp-content/uploads/2020/07/Brasil-e-o-mundo-diante-da-Covid-19-e-da-crise-economica.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

<sup>3</sup> UOL. OMS descarta 'volta ao antigo normal' e pede adequação aos novos hábitos. São Paulo, 23 jul. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/07/23/oms-pede-lideranca-politica-e-empenho-comunitario-para-vencer-pandemia.htm>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

<sup>4</sup> SCHUMPETER, J. A. The analysis of economic change. The Review of Economic Statistics, v.17, n.4, p.2-10, 1935.

<sup>5</sup> IPEA. Brasil pós Covid 19. Brasília, 22 jul. 2020. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=36143](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36143)>. Acesso em: 20 dez. 2020.

<sup>6</sup> OECD, From containment to recovery: environmental responses do the COVID-19 pandemic. Disponível em: <[https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=126\\_126460-1tg1r2aowf&title=From-containment-to-recovery\\_Environmental-responses-to-the-COVID-19-pandemic](https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=126_126460-1tg1r2aowf&title=From-containment-to-recovery_Environmental-responses-to-the-COVID-19-pandemic)> Acesso em: 18 dez. 2020.

<sup>7</sup> GUANDAÑO-FERNANDEZ, J.; LOPEZ-MILLIAN, M; SARRIA-PEDROZA, J. Cooperative Entrepreneurship Model for Sustainable Development. 2020.

<sup>8</sup> IEDI, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, 2020. Europa Pós Covid-19: o plano de reativação da União Europeia. Disponível em: <[https://iedi.org.br/cartas/carta\\_iedi\\_n\\_1039.html](https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_1039.html)> . Acesso em: 18 dez. 2020

<sup>9</sup> FEIL, Alexandre André; SCHREIBER, Dusan. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. Cadernos Ebape. BR, v. 15, n. 3, p. 667-681, 2017.

<sup>10</sup> UNEP, 2011. Towards a green economy: pathways to sustainable development and poverty eradication. Disponível em <<http://www.unep.org>> . Acesso em: 18 dez. 2020

<sup>11</sup> GOMES, José Robinson, 2015. Qual a diferença entre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável? Disponível em: <<https://blog.descola.org/qual-a-diferenca-entre-sustentabilidade-e-desenvolvimento-sustentavel/>> . Acesso em: 18 dez. 2020

<sup>12</sup> IEDI. Indústria e Desenvolvimento reflexões e propostas do IEDI para a economia brasileira. São Paulo, 2014.